

Cabelo bom. Cabelo ruim: a construção da identidade afrodescendente na sala de aula¹

Sayara de Brito Félix²



¹ Artigo orientado pela Prof^a Esp. Cléia Regina Dourado, com auxílio do Prof. Mestre João Evangelista Nascimento Neto, para o Seminário Interdisciplinar de Pesquisa como requisito de avaliação da UNEB, Universidade do Estado da Bahia, Campus XXIV Prof^o. Gedival Sousa Andrade.

² Trabalho desenvolvido pela graduanda Sayara de Brito Félix, com auxílio dos co-autores Flávia Paulo de Brito, Renata de Souza Rodrigues e Neuzilda Berlamino da Silva, graduandas em Letras, Campus XXIV.

Cabelo duro é lindo! Como lindo também são os cabelos lisos e louros, ou o negro liso dos orientais e dos nossos indígenas; e o que dizer dos cabelos cacheados, ondulados, castanhos, ruivos, grisalhos, brancos, tinturados de diferentes cores. A diversidade pode ser sinônimo de liberdade democrática e para isso lutamos todos.

Raul Lody

A educação da sociedade brasileira aponta, no seu sistema educacional, à ideia de cidadania, democracia e identidade nacional³. Segundo os PCNs⁴, o educando deve ser capacitado ao conhecimento das características do Brasil, sua extensão social, material e cultural, na contribuição do desenvolvimento nacional e pessoal do país. Essa por sua vez é uma condição cheia de falhas na prática por parte de algumas instituições, pois ao mesmo tempo em que esse sistema procura desempenhar um ensino baseado nos direitos iguais e culturais para todos, não há efetivamente uma educação democrática, principalmente em relação à cultura africana, afrobrasileira, a sua estética, sobretudo ao cabelo afro das crianças negras que são fortemente alvo de preconceitos nas escolas. Segundo Nilma Lino Gomes (2002, p. 45), embora atualmente os currículos oficiais aos poucos incorporem leituras críticas sobre a situação do negro, e alguns docentes se empenhem no trabalho com a questão racial no ambiente escolar, o cabelo e os demais sinais diacríticos ainda são usados como critério para discriminar negros, brancos e mestiços. A questão da expressão estética negra ainda não é considerada um tema a ser discutido pela pedagogia brasileira. Sendo assim a educação contribui para exclusão da cultura, sobretudo da identidade negra.

Dessa forma fica evidente que a escola “como instituição social responsável pela transmissão e socialização do conhecimento e da cultura”⁵, “não cumpre” os parâmetros que são apresentados nos PCN.

Sabe-se também que no Brasil já existe a lei de nº 10.639, de nove de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

A Lei promulga o ensino de história e da cultura afrobrasieleira para estabelecimentos públicos e privados, tento em vista o fim da discriminação racial.

³ Grifo meu

⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais de História de 5ª a 8ª séries.

⁵ GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. P.77) . Disponível em:
<http://www.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/80/Cultura%20negra%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso: 18.05.2010.

Embora essa afirmação acima traga, em seu argumento, uma educação que objetiva a igualdade e o fim da discriminação, isso de fato não ocorre cotidianamente, principalmente nas séries iniciais, ficando evidente que é no espaço escolar que infelizmente acontecem os diversos tipos de preconceito e assim acaba sendo palco de discriminação principalmente com os negros, Segundo Ferreira (2004):

A escola propaga aspectos legitimadores da dominação branca e de destruição de uma consciência negra, negando o direito à diferença e, o que é mais grave, como as crianças, tanto brancas quanto negras, já têm estes aspectos internalizados. (p.71).

O mesmo advoga que:

[...] No caso do afro-descendente, esse processo torna-se dramático, pois o preconceito veiculado é muitas vezes encoberto por “frases educadas” e eufemismos, alimentando o mito brasileiro de estarmos vivendo em um paraíso de coexistência e de aceitação das singularidades, visão que conserva o problema, pois deixa de ser enfrentado de frente em função da idéia de ele não existir. (FERREIRA, 2004, p. 18).

É pensando nessa incongruência, buscou-se desenvolver uma reflexão acerca do tema construção da identidade na sala de aula, tendo como ponto de mediação o livro *Cabelo bom. Cabelo ruim*, da autora Rosângela Malachias. O livro apresenta reflexões, análise e extratos de histórias relatadas por professores e gestores. A narrativa tenta exercitar um olhar sobre o cotidiano da escola e das pessoas na sociedade. Por isso, a narrativa propõe alguns desafios. O primeiro deles é aprender a conhecer o real significado dos conceitos que estruturam a desigualdade – preconceito, racismo e discriminação. Partindo dessa aprendizagem, busca-se estruturar, ações didático-pedagógicas nos demais pilares da educação – aprendendo a conviver, a fazer e a ser.

Rosângela Malachias aborda a temática do cabelo “bom” e do cabelo “ruim” nas escolas, visto que, no espaço escolar ocorrem situações de preconceito e por esse preconceito há uma classificação das pessoas segundo o padrão estético. Também há o caso dos nomes pejorativos dirigidos aos negros principalmente ao seu cabelo. Alguns se referem ao cabelo como “ninho de gaúcho”, “cabelo de Bombril”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de Bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem. (GOMES, 2002, p. 45).

Partindo dessa evidência, Malachias ilustra na obra que muitos profissionais da área de educação, quando usam apelidos ao cabelo afro das crianças negras, não têm consciência, como, por exemplo, os nomes “fuá” e “pixaim”, na realidade, vão muito além do significado de cabelo “ruim”, mas que podem ser apresentados com outros significados: intriga, fuxico, caspa, doença de pele produzida por piolhos. São situações como essas que professores

rotulam os alunos com palavras de sentidos pejorativos sem o conhecimento real dos seus significados reafirmando assim o preconceito.

Outro fator evidenciado na obra é o fato que muitos professores desconhecem a Lei 10.639/03 de forma a ignorar a identidade negra. A autora comprova essa situação no seguinte diálogo entre professores:

- O trabalho é o seguinte: 1º. Ler as diretrizes Curriculares que orientam a lei 10.639/03; 2º.) debatê-las coletivamente; 3º.) eleger e definir alguns conceitos-chave para o conhecimento da temática alusiva à lei; 4º.) relacionar esse conhecimento com o tópico específico.[...]

- Só fiquei com uma dúvida Jonas.

- Qual?

-Que lei é essa?

Todos riram. Jonas retrucou:

- Vocês que estão rindo conhecem a Lei 10.639/03?

Sem jeito, todos balançaram a cabeça negativamente. [...]
(MALACHIAS, 2007, p.24)

Nesse sentido, é cabível o seguinte questionamento: Como esses professores irão valorizar a própria identidade negra, se os mesmo desconhecem a lei que objetiva justamente a valorização dos negros afro-brasileiros na sala de aula?

Ideologia eurocêntrica enraizada na postura pedagógica.

A ideologia eurocêntrica ainda está enraizada na postura pedagógica de muitos educadores, sendo da mesma forma transmitida para seus alunos, submetidos às crenças e aos valores da cultura branca dominante, na interiorização de estereótipos de forma inconsciente.

É importante evidenciar que esses estereótipos internalizados são transmitidos para as crianças e as mesmas crescem com uma opinião formada irrefletida sobre a cultura e a dominação branca. Construir a identidade negra, numa sociedade que ensina desde cedo que, para ser aceito, tem que negar a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros no meio social, no enquadramento dos conceitos que abraçam a moda, a música, a religião; fatores esses que são determinantes em alguns casos na aceitação do negro no espaço em que se encontra, sendo levados a esquecer de si mesmos. O paradoxo dessa situação é que a maior desvalorização não está em relação à cor, que deixa de estar em primeiro plano, mas na estética, por exemplo, ao biótipo do cabelo e sua valorização da identidade, Gomes aborda que:

O processo identitário do negro tem como componente principal a violência racista, que vai da cor ao corpo negro. Há uma complexidade envolvendo o processo de “tornar-se negro” na sociedade brasileira. A violência é a pedra de toque, o núcleo central do processo identificatório dos negros. Ser negro é ser violento de

forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar, anular a presença do corpo negro. (GOMES, 2006, p. 168).

Essa situação de preconceito também é visível no ambiente escolar. A criança negra ao entrar na escola depara-se com um espaço totalmente estranho ao do ambiente familiar, onde muitas famílias negras educam as crianças desde cedo a gostarem de si mesmas e da sua estética. Porém a escola quebra com essa valorização familiar, a preocupação com a aparência em torno do cabelo da criança negra é posta em primeiro plano como uma exigência estabelecida pela escola.

Se antes a aparência da criança negra, com sua cabeleira crespa, solta e despenteada, era algo comum entre a vizinhança e coleguinhas negros, com a entrada para escola essa situação muda. A escola impõe padrões de currículo, de desconhecimento, de comportamentos e também de estética. Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A existência de cuidar da aparência é reiterada, e os argumentos para tal nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas. (GOMES, 2002, p. 45)

Gomes reafirma na citação abaixo que:

[...] Na escola também se encontra a exigência de “arrumar o cabelo”, o que não é novidade para a família negra. Mas essa exigência, muitas vezes, chega até essa família com um sentido muito diferente daquele atribuído pelas mães ao cuidarem dos seus filhos e filhas. Em alguns momentos, o cuidado dessas mães não consegue evitar que, mesmo apresentando-se bem penteada e arrumada, a criança negra deixe de ser alvo das piadas e apelidos pejorativos no ambiente escolar. (GOMES, 2002, p.45).

Manipulação do cabelo

Em torno da manipulação do cabelo, existe uma vasta história cheia de significações. Nessa linha, percebe-se que o cabelo é, ao longo dos séculos, um elemento visível de caráter identitário, sendo visto como símbolo marcante na hierarquia, na relação de poder de diferentes povos. No homem, era a expressão de sua força, na mulher, expressão da fertilidade. Homens e mulheres usavam tranças ornamentadas ou entrelaçavam seus cabelos e usavam joias para prender as pontas.

Também podemos ver a simbologia do cabelo na Bíblia, ilustrada pela história de Sansão e Dalila. Sansão, que era narizeu, tinha longos cabelos, que nunca tinham sido cortados, davam-lhes poderes sobrehumanos. No entanto, Dalila era uma espiã e o traiu. Numa noite, ela “[...] o fez dormir sobre os seus joelhos, e chamou um homem, e rapou-lhe as sete tranças do cabelo de sua cabeça; e começou a afligi-lo, e retirou-se dele a sua força”. (Bíblia Sagrada, JUÍZES 16:19). Nos exemplos citados desde antes do nascimento de Cristo, o cabelo é característica marcante como símbolo de poder, tendo um caráter universal e particular para diferentes civilizações. Lody (2007, p.56) diz que:

“tocar a cabeça, pentear os cabelos, organizar esteticamente penteados são atividades tão antigas e tão importantes como as mais notáveis descobertas do homem.”

Entende-se o cabelo como símbolo de identidade, este pode ser um veículo na compreensão da identidade negra na comunidade. O mesmo vem sendo reprimido na tentativa de manipulação no enquadramento dos padrões sociais eurocêntricos. Retomando Malachias, ela exemplifica com um personagem essa tentativa de enquadramento estético que tanto a sociedade nos impõe:

Para ser contratado como estagiário numa escola particular, Jonas foi obrigado a rapar a cabeça. Depois dos três meses de experiência, ele foi demitido sob alegação de não ter “o perfil” desejado pela instituição. Ficou careca por um tempo, até se dar conta de que sua cabeça rapada escondia parte de sua identidade, ou seja, do seu auto-reconhecer: o seu cabelo crespo e duro, e de que ele aprendera a gostar quando era pequeno. (MALACHIAS, 2007, p.19).

É através desses conceitos de beleza, que cabelo “bom” é o cabelo liso; os indivíduos cedem a essa manipulação na tentativa de se emoldurar no perfil ditado pela sociedade como o ideal, utilizando vários meios para essa moldura, como a chapinha, relaxamentos, alisantes, entre outros processos de modificação do fio capilar. É importante pontuar que não se trata de negar a escolha da modificação ou não do cabelo de acordo como o desejo do indivíduo, mas que tenha consciência da beleza de sua negritude e da beleza que cada etnia nos traz através dos seus traços. Segundo Lody (2007, p. 43), “cabelos são memoráveis distintivos de identidade étnica, inclusão social e, especialmente, de revelação da luta pela liberdade, pelos direitos de igualdade e cidadania”.

Nessa perspectiva em busca dos fios lisos, chegaram ao mercado infantil uma variação de produtos químicos. Segundo a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o Brasil é um dos maiores mercados mundiais de cosméticos infantis. Muitas empresas tiram proveito disso na criação de fórmulas químicas, fazendo propagandas milagrosas em que o cabelo crespo é transformado em liso. Essa percepção empresarial vem cada vez mais influenciando a classe dos desejosos na ambição de um cabelo dito como perfeito, o cabelo liso, obtendo um lucro cada vez maior no emprego da produção de alisantes.

O livro *Cabelo Bom. Cabelo Ruim* apresenta como exemplo uma professora de características afrodescendente que aderiu à escova progressiva. Em sua fala, com demais colegas de profissão, a educadora coloca-se como insatisfeita em relação ao próprio cabelo.

Malachias nos traz a percepção que as educadoras exprimem o desejo de terem cabelo liso, “negando-se”, para maior aceitação no meio social, visto que, no enredo do livro, uma das professoras relata: “em anos de sofrimento eu desenvolvi algumas estratégia. Prendi o cabelo bem apertado e depois que saí da piscina passei bastante gel para baixar a juba”. (MALACHIAS. 2007. p, 11).

A partir dessa citação, vê-se que os próprios educadores não se aceitam com o cabelo afrodescendente. Como eles poderão transmitir conceitos da etnia negra, seus valores e as representações que a negritude exprime no meio social, se até então não há uma auto-aceitação por parte dos educadores, sobretudo à aceitação dos seus cabelos?

Considerações finais

Pode-se compreender que, ao entrar na sala de aula, a criança afrodescendente, no decorrer da sua escolaridade, passa a ser vista como um ser excluído, depreciado, sendo motivo de gozação, e alvo de muitos estereótipos. Por conta disso, ela passa a aceitar-se com essas características de inferioridade.

Diante dessa observação, a sociedade, de certa forma, “ensina” as pessoas a admirarem o cabelo liso, desde a escola, em que há uma maior predileção em torno da criança com essas características, sendo o oposto o que ocorre diante da criança negra com seu cabelo crespo.

A partir dessas considerações, e visto que existem falhas na educação, objetivamos aquela educação que se preocupa com o bem-estar social das crianças, consciente da realidade, da cultura e da história afro-brasileira, expondo os valores a respeito do multiculturalismo das diversas raízes que permutam na formação da sociedade brasileira. É indiscutível a forma naturalizada em que se dá o racismo no ambiente escolar.

Anseia-se que o professor tenha acesso a uma formação que abranja assuntos étnico-raciais que possam desenvolver no aluno uma auto-aceitação, na admissão dos seus traços afrodescendente. Para que assim seja possível que educadores tenham pensamentos revolucionários em relação à educação afro, como apresenta Malachias, através da personagem Regiane, professora de postura preconceituosa, que através de uma capacitação sobre a lei 10.639/03 toma consciência do seu posicionamento racista:

Falo por mim uma mulher negra que sempre conheceu o preconceito, mas ainda assim se manteve, ao menos até hoje, como uma pessoa que também discriminava negativamente a própria cultura. Só não me culpo mais porque aprendi hoje que nunca havia problematizado a situação histórica do meu povo e, por essa razão, não pretendo continuar a julgar as crianças por seus comportamentos e pela forma como se apresentam na escola. (MALACHIAS, 2007. P. 46).

Espera-se que o educador veja o cabelo não como algo que o inferiorize aos alunos, mas uma porta de entrada no desempenho da auto-estima da beleza negra do discente e demais indivíduos que o cercam, valorizando suas origens e sua identidade. É um trabalho árduo que deve ser feito gradativamente, na progressão de cada sujeito diante dessa temática, pois já se encontram internalizados conceitos de beleza e inferioridade.

Ao finalizar essa investigação, concluí-se que esse artigo é apenas um apanhado das possibilidades que o tema possui na sua vasta extensão, sendo um tema polêmico quando se é posto em discussão, a complexibilidade que ocasiona os questionamentos sobre aceitação/respeito da identidade brasileira, sendo esta um misto da herança de diversas etnias.

Referências

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 25.09.2009.

_____. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**.
http://www.anvisa.gov.br/cosmeticos/material/cosmetico_infantil.pdf Acesso em: 03.03.2010

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendência: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo de identidade negra**. Belo Horizonte. Autentica 2006.

JUÍZES. Bíblia Sagrada: **Antigo Testamento**. Brasília: Paulus, 1991.

LODY, Raul Giovanni da Motta. **Cabelo de axé: identidade e resistência**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2004.

MALACHIAS, Rosangela. **Cabelo bom. Cabelo ruim**. Coleção percepções da diferença. Negros e brancos na escola. Vol. 4, São Paulo: NEINB, 2007.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.